

A mais remota Agência Bancária do Império Colonial Português

A Carta Régia de Dom Luís I, de 16 de maio de 1864, sancionou o decreto das cortes gerais, de 10 de maio, autorizando a criação de um banco denominado, Banco Nacional Ultramarino.

O Art.2.º era claro quanto aos objetivos traçados para o Banco Ultramarino: “ *O banco nacional ultramarino terá na província de Angola uma succursal em Loanda com um capital efectivo nunca inferior a 400:000\$000 réis, podendo ser elevado a 1.000:000\$000 réis, e sucessivamente conforme as necessidades, e também agências em Benguella e Mossamedes: e em cada uma das outras províncias ultramarinas, bem como em cada uma das capitães dos quatro districtos dos Açores e Madeira, terá uma agencia pelo menos*”.

Efetivamente, o BNU foi criado com o objetivo de se implementar em todos os locais do vastíssimo e longínquo império colonial português, e ajudar a desenvolver a economia desses territórios.

Caberia então ao Banco, a tarefa de ajudar financeiramente esses territórios, missão que o Estado manifestamente não conseguia realizar na sua plenitude, alcançando efetivamente esse objetivo com sucesso, nos anos subsequentes à SUA CRIAÇÃO.

Realmente esse objetivo foi alcançado com sucesso, nos anos subsequentes à criação do Banco.

O BNU abriu agências com êxito em vários locais. Foi o caso de Angola, designadamente em Luanda (1865), Moçâmedes (1868) e Benguela (1868).

Também em 1868 estabeleceria agências, em Goa na Índia, e em São Tomé.

Em Cabo Verde estabeleceu-se em Santiago, na Ilha da Praia em 1865, tendo posteriormente aberto mais uma agência em São Vicente (1894).

Em Moçambique, datam de 1877, na Ilha de Moçambique, e 1883 em Lourenço Marques, os anos de aberturas das primeiras agências nesse território africano.

Em Macau, embora um pouco mais tardiamente, o BNU instalou-se em 1902.

Na Guiné, em Boloma (1903), também abriu uma agência no primeiro quartel do séc. XX.

Foi efetivamente um enorme esforço despendido pela Instituição, que durante 37 anos, procurou alargar a sua atividade bancária a todos os territórios de soberania portuguesa.

No entanto, em 30 novembro de 1901, a quando da assinatura de um novo contrato entre o Governo e o BNU para a emissão de notas e obrigações prediais no Ultramar, constatou-se que esse objetivo não tinha sido alcançado na sua plenitude.

No capítulo respeitante “DA CONSTITUIÇÃO E SEDE DO BANCO”, na alínea b) do ponto n.1, o Banco obrigava-se, no prazo máximo de 90 dias, a ter estabelecidas “...caixas filiais em Luanda, Benguela, Nova Goa, S.Tomé, S. Tiago de Cabo Verde e Lourenço Marques, agências em S. Vicente de Cabo Verde, Moçâmedes e Moçambique; a, no prazo máximo de 6 meses, ter estabelecidas agências na Ilha

do Príncipe, Bolama, Cabinda, Inhambane, Quelimane e Macau; e no prazo de um ano ter agência em Díli.”

No entanto, a agência não abriria em 1902, mas somente 10 anos depois.

A última agência do BNU a ser instalada nas províncias ultramarinas portuguesas foi a **agência de Díli, em Timor Leste**, em abril de 1912. Faz este ano precisamente 100 anos.

Apesar deste facto histórico da instituição, o relatório e contas do Banco de 1912, apenas lhe dedicou um parágrafo: “ *N`essa orientação, conforme a gerência em seu relatório vos dá conta, se abriu a **agencia de Timor**, nos habilitámos por dentro em curto prazo ter funcionando outra agência no Lobito...*”

A documentação existente no Arquivo Histórico do BNU, relativa ao ano de 1911, entre o Governador do BNU e o Comissário do Governo, comprova o não cumprimento da alínea b) do contrato celebrado entre o BNU e o Governo, em 30 de novembro de 1901.

Através dessa documentação foi possível apurar que o Banco Ultramarino, tinha um agente (provavelmente a partir de 1902), instalado na Companhia de Timor, por meio da qual efetuava as suas transações bancárias.

Através da documentação enviada pelo representante do Banco sediado na Companhia de Timor, ao Comissário do Governo junto do BNU, foi possível depreender os seguintes factos: existia em Timor uma Repartição Superior de Fazenda, e segundo a lei, impunha-se a criação de uma agência do Banco, a fim de estar habilitada a tomar conta do Tesouro Publico.

Nesta conformidade foi pedido pelo representante do BNU na Ilha, ao Governador de Timor, Celestino da Silva, um terreno para a construção do edifício da agência.

O Terreno foi comprado, mas não se encontrou pessoa idónea para dirigir a construção...!

Outra conclusão relevante é a de que nunca houve pressa de edificar a agência até 1911, porque o Banco nunca fora convidado até à data, para exercer as funções de Tesoureiro de Estado, naquela colónia.

Só a partir de 1911, com o desejo da Administração do BNU, de em Timor se exercer as **funções de Tesoureiro do Estado**, é que se criaram as condições para ali se estabelecer finalmente a agência do BNU em Díli.

Nesta conformidade é enviado para Timor, um antigo gerente da Filial do BNU de Macau (1908 a 1910), **António de Oliveira Manarte**, com o objetivo de erigir e inaugurar a agência do BNU em Díli.

Manarte partiu de Lisboa, em setembro de 1911, tendo chegado a Díli em dezembro do mesmo ano.

Pouco tempo depois de ter chegado à ilha, escreveu uma carta ao seu amigo e Vice-Governador do BNU, Júlio Schmidt, em que detalhou todos os acontecimentos e peripécias que teve que enfrentar até chegar a Timor, e também a forma como achou a ilha.

Curiosamente, designou esta carta como o 1º relatório do exercício do Banco.

A carta é um documento interessantíssimo porque para além de focar a atribulada viagem de Manarte de Lisboa até Díli, faz uma descrição do estado em que se encontrava a ilha nos seus mais variados aspetos.

A caracterização geral é a de uma ilha isolada, pouco desenvolvida, pouco povoada, com uma atividade económica fraca ou quase nula, subsistindo apenas alguma indústria indígena.

O pouco comércio existente estava nas mãos dos “Chinas”. Faltavam géneros de primeira necessidade, e os que existiam eram caríssimos, dado serem quase na exclusividade importados.

Simultaneamente, a este panorama pouco animador, aliava-se uma pauta aduaneira pesadíssima, o que dificultava o comércio e o estabelecimento de novos negócios. Era uma terra que necessitava de grande capital, num local onde este era praticamente inexistente. Enfim um local distante e esquecido.

Bastava ler a carta/relatório de António Manarte para se entender porque é que Timor foi o último local em que o BNU se instalou.

O Relatório é uma verdadeira epopeia!

Partindo de Lisboa, fez várias escalas, nomeadamente em Colombo (Sri Lanka, antigo Ceilão), onde avisa Schmidt que só chegaria a Timor em 10 de novembro, chegando na realidade em dezembro!

Nova escala em Batávia (Suriname – atual Jacarta, Indonésia) onde ficou 24 dias à espera de vapor. Chegou a 29 de setembro e só dali saiu em 23 de outubro, num *“reles calhambeque com lugares para oito passageiros e que só em percorrer os portos holandeses, levou a bagatela de 18 dias”*.

Em Makassar (South Sulawesi, Indonésia), de acordo com o estabelecido com o Governador Schmidt iria receber do Bank Nederland Dutch, um crédito de fl. 6000 a favor da conta da Sede do BNU. No entanto, nada conseguiu, dado a agência somente ter a informação para entregar o valor, dois meses após a data do primeiro levantamento. Assim, não conseguiu receber qualquer capital, mas o mais interessante é o relato que fez de Timor.

No local não havia casas para alugar, nem um único estabelecimento que vendesse mobílias, ou onde se pudesse comprar uma cama.

O futuro gerente, só conseguiu arranjar um local para dormir, valendo-se da amizade com o Inspetor da Fazenda em Díli, e de ter que se *“agarrar”*, segundo as suas palavras, ao regulamento do Banco, como Caixa do Tesouro, em que os gerentes, tinham os mesmos deveres e as mesmas atribuições dos antigos tesoureiros gerais.

Conseguiu assim, que a casa que pertencia ao Delegado, que estava ausente, fosse alugada. Mas provisoriamente! A mobília, essa, foi emprestada pelo Inspetor da Fazenda, dado a casa encontrar-se vazia.

A aliar a esta escassez de habitação e de comércio, há a acrescentar segundo o relato de Manarte, um custo de vida altíssimo: *“ Posso dizer, sem receio que me desmintam que a vida aqui, é a mais cara de todas as nossas colónias, com relação a Cabo Verde, é esta pelo menos, três vezes mais cara”*.

Depois de instalado, combinou com o Inspetor da Fazenda, estabelecer provisoriamente a agência, numa sala da Repartição Superior da Fazenda, e onde funcionava a repartição concelhia.

Na sua carta Manarte esclarece: *“Aceite isto pelo Inspector, fui em seguida pedir ao Governador, a sala, que me ia ceder desde logo, enviando para a Direcção das Obras Públicas, um officio nesse sentido, e ordenado que se fizessem as obras necessárias de acordo, tendo o projecto sido apresentado ao Conselho técnico que as aprovou”*

Mas depois de ter conseguido resolver este problema, outros se mantiveram! Como arranjar mobília para o Banco? A encomenda da mesma só chegaria em março. Também não havia cofres há venda. Havia só um na Tesouraria do Estado, que só lhe seria entregue na altura em que a agência estivesse pronta e o Banco passasse a ter a responsabilidade de Tesoureiro do Estado.

Também dos caixotes empacotados em setembro em Lisboa, não se sabia nada, o que levou Manarte a desabafar na sua carta: *“Acaso se esqueceram ali na sede de os embarcar, ou ter-se-iam extraviado?”*. Outra passagem: *“Como poderei abrir agência não tendo livros, cheques e os impressos indispensáveis?”*.

Talvez o mais absurdo, é constatar que não existia ninguém na colónia, ou alguém que considerasse com perfil adequado para trabalhar consigo na futura agência. Chega ao ponto de afirmar: *“Assim como aqui não há hotéis, casas para alugar, mobílias e mais cosas, também não há empregados”*.

É neste conformidade que chega a pedir ao seu amigo Schmidt, a ida para Díli, de António Ribeiro Júnior, ex-empregado do BNU, da área de contabilidade de crédito.

Finalizando, vale a pena frisar a explicação que é dada na carta à escolha da moeda a adotar em Timor.

Manarte enfatiza que o principal problema do Banco era acabar com a dualidade de moeda existente no território (pataca e florim). Para não estar em desacordo com o Governador, começou logo a fazer a escrita da agência em Patacas, considerando a mesma moeda, como moeda oficial da colónia.

Informa no seu relato, que já tinha pedido a Macau, o envio de um carimbo para carimbar as notas, que por ali passavam com os dizeres: *“Pagável em Díli Timor”*. Com este pedido solicitava também uma almofada com tinta encarnada que ali não existia.

Apesar de todos os contratemplos, Manarte era obstinado! E o certo é que a agência acabou por ser finalmente inaugurada!

Segundo o futuro gerente da agência *“...Pequenas obras que em Lisboa não levariam talvez 15 dias, aqui demoram três meses”*, calculando assim que a agência abrisse em fevereiro. Foi inaugurada ao público em abril de 1912.

Em 23 de julho de 2001, conforme deliberação de 28 de março de 2001 do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, deu-se a fusão, por incorporação do património do Banco Nacional Ultramarino S.A., na Caixa Geral de Depósitos.

No entanto, é curioso notar que nas mais distantes ex-colónias portuguesas, o nome BNU ainda subsiste.

Em Macau a atividade bancária é exercida, pelo Banco Nacional Ultramarino SA, liderado pelo Grupo CGD.

Em Timor foi mantido o nome do velho banco ultramarino português, como forma de reconciliar e aprofundar a relação dos locais com a Banca portuguesa.

Tendo sido o Banco Nacional Ultramarino, criado com o intuito de levar a atividade bancária aos mais longínquos pontos de presença lusa, é com apreço, que constatamos, que o seu nome ainda perdura na mais remota ex-colónia portuguesa, Timor.

Rui Miguel

Maio de 2012